

O corpo feminino na revista *Capricho*: historiografia e metodologia.

Flávia Mantovani (Mestrado-UEL)

Introdução

Todo projeto de pesquisa implica em um posicionamento político. Nenhum conhecimento é neutro porque, de um lado, o objeto escolhido já sugere um referencial teórico, uma abordagem, um movimento intelectual e, ainda, é também uma construção – histórica, cultural, social, discursiva – do pesquisador, assim, tem a sua parcela de subjetividade; de outro, o sujeito produtor de conhecimento tem as suas particularidades e subjetividades, pertence a um lugar social, etnia, classe, gênero, além de estar ligado a determinada instituição de ensino ou grupo de pesquisa. Portanto, não há descompromisso ou ingenuidade na escolha de um tema.

Tais afirmações, que hoje são lugar comum no discurso do historiador, matizam a maioria dos trabalhos atuais. Embora possam parecer naturais e óbvias para o pesquisador contemporâneo, muita energia foi despendida na desconstrução de noções contrárias a estas. Michel de Certeau, por exemplo, questiona a objetividade e individualidade da pesquisa histórica, situando sua escrita como produto de um lugar social¹. No campo da História, não só a escolha do assunto, mas do período e da fonte também expressam determinados movimentos da historiografia. São as inquietações do presente que levam o interesse do historiador ao passado. Grosso modo, podemos afirmar que a historiografia recente, desde a chamada “Nova História”, entre outras coisas, tem dado visibilidade a grupos sociais antes negligenciados por ela: mulheres, crianças, jovens, negros, homossexuais, travestis, prostitutas, etc.

Em uma aproximação com estas tendências, os estudos de gênero em história vêm se consolidando. Paulatinamente, deixam de ser um assunto aceito vez ou outra pela comunidade acadêmica para ter um amplo espaço na historiografia.

No Brasil, sobretudo a partir da década de 90 e do artigo “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”², amplamente lido e citado, de Joan Scott, a historiografia sobre a mulher encontra respaldo nesta perspectiva, que considera o “gênero” enquanto uma construção sociocultural, ou seja, as definições de feminino e masculino se dariam em meio à cultura e relações de poder estabelecidas socialmente. Assim, não apenas se dá visibilidade a este “novo” sujeito, mas também se considera suas relações, quase sempre hierarquizadas, e as suas funções e papéis sociais³.

Estes “novos temas”, então em voga no campo da história, demandam outros tipos de fontes. Deste modo, fontes das mais diversas passaram a ser matéria prima para o historiador. Nesse sentido, a revista *Capricho* é material necessário para a reflexão acerca das maneiras pelas quais se dá a construção cultural do gênero, na medida em que é uma revista feminina para adolescentes e, sabemos, a mídia é espaço que, neste contexto, assume uma função socializadora e principalmente pedagógica, porque intenciona intervir na cultura adolescente orientando e ensinando condutas, regras, modos de pensar e agir específicos, configurando a revista de consumo como um espaço informal de educação. Além disso, uma reflexão acerca de uma revista como a *Capricho* e suas formas de abordagem do público leitor adolescente e feminino reflete a necessidade de aproximar-se da cultura juvenil, e ao mesmo tempo da compreensão, em uma perspectiva histórica, do “jovem” ou “adolescente”, que se apresenta como um sujeito muito particular na cultura contemporânea.

É neste contexto que pretendemos investigar a construção discursiva do corpo feminino na revista *Capricho*, uma pesquisa que, entre outras coisas, corresponde a uma abordagem alinhada com este movimento historiográfico, pois: aproxima-se dos estudos de gênero na história, por se tratar de uma revista de consumo feminina; insere-se no campo da História Cultural, porque considera os processos culturais de produção do corpo feminino; entende que a revista *Capricho*, enquanto item da cultura midiática, tem um grande potencial de influência sobre suas leitoras, infundindo nelas visões de mundo e padrões de consumo, ao mesmo tempo em que estas se apropriam, de formas diversas, dos discursos da revista, ou seja, há também uma preocupação com a sua recepção.

Tendo em vista estas considerações, buscaremos neste artigo problematizar o nosso projeto de pesquisa em relação ao lugar que ocupa na historiografia e, ainda, uma discussão sobre a natureza da fonte “revista”. Em linhas gerais, objetivamos com esta pesquisa analisar os discursos sobre a adolescência feminina na revista *Capricho* (abril de 2005 a março de 2006). Ainda, pretendemos investigar as ideias sobre a revista que têm as leitoras da *Capricho*, e como fazem a apropriação deste material, questionando se o modo como o apreendem o corpo ou o modo como a revista o expõe, seria diferente do modo como o corpo foi entendido, cuidado, visto em tempos passados. Buscamos compreender se estes sujeitos – as leitoras – contextualizam, comparam, interpretam de forma histórica as racionalidades, as sensibilidades e experiências, do passado e do presente em relação à disciplina do corpo, ou as ideias de corpo feminino veiculadas pela revista.

Revista *Capricho* e gênero: considerações historiográficas.

“Mas o gesto que liga as ‘ideias’ aos lugares é, precisamente, um gesto de historiador.”

Michel de Certeau

Ainda que admitamos a escrita acadêmica da história como um “produto”, nem sempre fica evidente no produto final – isto é, o texto final – os meandros pelos quais passa o processo desta escrita. Certeau fala em termos de “posições a respeitar” e “influências a solicitar”⁴. Para ele, a “operação histórica se refere a combinação de um *lugar* social, de *práticas* ‘científicas’ e de uma *escrita*”⁵. Todavia, é inegável que a seleção de autores e as escolhas teórico metodológicas entregam, por assim dizer, o lugar do qual fala o pesquisador. Ainda, o referencial teórico do qual este se serve – observável nas citações e seleção de autores – põe as claras as concepções teóricas defendidas naquele espaço. Sobre isso, considera Certeau:

“Toda pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção socioeconômico, político e cultural. Implica um meio de elaboração que

10.4025/6cih.pphuem.564

circunscrito por determinações próprias: uma profissão liberal, um posto de observação ou de ensino, uma categoria de letrados, etc. Ela está, pois, submetida a imposições, ligada a privilégios, enraizada em uma particularidade. É em função deste lugar que se instauram os métodos, que se delinea uma topografia de interesses, que os documentos e as questões que lhes serão propostas se organizam.”⁶

Assim, situar o próprio objeto na historiografia significaria admitir o seu caráter relativo e parcial. Por esta perspectiva, subverteria, pelo menos em parte, a sua pretensão de verdade, ou de único discurso válido. Toda perspectiva histórica é datada, isto é, determina um conjunto de práticas, uma linguagem, um vocabulário específico, que são próprios de um tempo e sociedade. O tempo e o lugar modificam a pesquisa e a prática histórica relaciona-se com a estrutura da sociedade. Segundo Certeau:

“Uma situação social muda ao mesmo tempo o modo de trabalhar e o tipo de discurso. Isto é um ‘bem’ ou um ‘mal’? Antes de mais nada, é um fato, que se detecta por toda parte, mesmo onde é silenciado. Correspondências ocultas se reconhecem em coisas que começam a se mexer ou se imobilizar juntas, em setores inicialmente tidos como estranhos. É por acaso que se passa da ‘história social’ à ‘história econômica’ durante o entreguerras, por volta da grande crise econômica de 1929, ou que a história cultural leva vantagem no momento em que se impõe por toda parte, com os lazes ou os *mass media*, a importância social, econômica e política da ‘cultura’? (...)”⁷

Para Certeau, portanto, a “situação social” é fundamental para o entendimento da abordagem de cada pesquisa e, se tratando dos estudos de gênero na História, não é diferente. Louise Tilly, autora ligada ao grupo anglo-saxão que começa a trabalhar, a partir da década de 1970, o termo *gender*, traduzido para o português como “gênero” – sublinha que um aspecto da história das mulheres que a distingue das demais histórias é pelo fato dela ser, ao mesmo tempo, um movimento social: o feminismo. Segundo ela, certamente toda história é herdeira de um contexto político e social, mas poucas são herdeiras tão diretas de um

movimento quanto à das mulheres do movimento feminista de 1970 e 1980, quer as mulheres participem ativamente dele ou não⁸.

Para a autora, há duas implicações urgentes na “história das mulheres”: a primeira delas seria produzir não somente estudos descritivos e interpretativos, mas que resolvam questões de análise; segundo, vincular os resultados decorrentes disso às questões que, há muito, estão fazendo parte da história. Assim, fazer a história das mulheres não significaria apenas integrar as mulheres a uma outra história, ou seja, adicionar ou somar materiais sobre mulheres e gênero à história já produzida.

Ainda pela perspectiva desta autora, na discussão sobre a questão “o que é história das mulheres” a definição de objeto é fundamental; sobre isso, Bloch definiu história como “ciência dos homens no tempo”. Assim, Tilly considera que esta fórmula pode ser transposta ao sexo, e então a história das mulheres seria “a história das mulheres no tempo”⁹. Mas, mulheres são mais do que uma categoria biológica. São definidas historicamente em papéis sociais, e socialmente são de varias idades, crenças, regiões, suas vidas são modeladas por regras sociais inúmeras, por diferentes regras sociais e costumes, em um meio no qual se configuram crenças e opiniões decorrentes de estruturas de poder¹⁰. Em suma, segundo a historiadora Margareth Rago:

“Do mesmo modo, as teóricas feministas propuseram não apenas que o sujeito deixasse de ser tomado como ponto de partida, mas que fosse considerado dinamicamente como efeito das determinações culturais, inserido em um campo de complexas relações sociais, sexuais e étnicas. Portanto, em se considerando os “estudos da mulher”, esta não deveria ser pensada como uma essência biológica pré-determinada, anterior à História, mas como uma identidade construída social e culturalmente no jogo das relações sociais e sexuais, pelas práticas disciplinadoras e pelos discursos/saberes instituintes. Como se vê, a categoria do gênero encontrou aqui um terreno absolutamente favorável para ser abrigada, já que desnaturaliza as identidades sexuais e postula a dimensão relacional do movimento constitutivo das diferenças sexuais.”¹¹

Deste modo, em um, contexto mais amplo, podemos afirmar que a *Capricho* reproduz estereótipos de gênero e estilos de vida muitas vezes incorporados pelas

leitoras, que o fazem mediante a prática de consumo e, por isso, uma análise sobre ela inclui a tentativa de problematizar as maneiras pelas quais se dá a construção cultural e histórica do gênero feminino.

A revista *Capricho* como fonte histórica.

“Seja como for, o processo ao documento continua. Às vezes o exagero é tamanho que, por excessos, acabamos por diluir a própria identidade do documento, quando não de nós mesmos.”

Elias Thomé Saliba

A *Capricho* é uma revista feminina e, enquanto tal, aborda assuntos entendidos como relativos à mulher. Toda revista feminina fala de “moda, beleza, casa, amor, novela, fofoca etc. O que muda é a dosagem de cada um deles, podendo mesmo alguns temas ser excluídos. O que se transforma é a visão histórica a partir da qual cada um desses temas vai ser exposto, discutido ou recomendado em cada momento”¹². É claro que, como fonte histórica, ela fornece indícios de como estão delineadas as relações de gênero para as adolescentes de hoje.

A forma como a história, enquanto campo de estudos, lida com o que chamamos “fonte histórica” é, ela própria, histórica. Para Elias Thomé Saliba, o “documento” – nome vulgar para os registros da história e da memória – passa por diferentes tratamentos, desde os chamados positivistas, no que diz respeito aos seus usos, concepções e práticas¹³.

Embora o autor questione a perspectiva de que o positivismo do século XIX se resuma, generalizadamente, em uma escola homogênea, metódica, cientificista, tradicional e factual – sobretudo pelo discurso crítico dos historiadores da Escola de Annales na década de 1930¹⁴ - ele admite que, para o século XIX, o historiador (neutro) tiraria do documento tudo quanto lhe é possível e, este, assumiria um

estatuto de prova da verdade. Esta noção foi questionada pela Escola de Annales que, inicialmente com críticas dos historiadores Marc Bloch e Lucien Febvre, foi a responsável por uma das maiores críticas ao positivismo. Para estes autores, que buscaram romper com o ranço positivista de conceitos (racionalidade, progresso e ordem) ainda predominantes na historiografia da época, a abordagem do historiador deveria privilegiar uma *história-problema*¹⁵. Deste modo, a noção de documento foi alargada, ampliada, pois não só os documentos oficiais seriam úteis. O documento, antes um “fato linguístico”, passa a ser passível de interpretação. Concluindo, segundo Saliba:

“Bloch não apenas ampliava a restrita noção de documento como lhe fornecia um novo quadro de reflexões: o documento seria não apenas um resto, um vestígio do passado, mas um produto do passado, ou seja, produzido por relações de força assimétricas, desiguais sempre, de um passado agônico, irregular e contingente. (...)”¹⁶

Descontraída, “descolada”, jovial e colorida, a *Capricho* é uma revista de consumo que fez e ainda faz parte da vida de muitas adolescentes. Suas quase seis décadas de existência indicam que ela é, no mínimo, um produto muito relevante da cultura midiática, além de compor-se em um material de pesquisa pertinente a quem queira adentrar no complexo universo da cultura jovem. Como fonte histórica ela se mostra também convidativa, ao passo que apresenta uma cultura onde roupas, marcas, cosméticos, moda e beleza, enfim, o culto ao corpo, ocupa uma intrigante centralidade.

Entretanto, antes de qualquer coisa, é fundamental uma consideração a respeito desta relação entre revista e leitoras. Se de um lado a revista *Capricho* produz modos de ser e um discurso sobre o corpo adolescente, de outro, temos as próprias adolescentes consumindo estes padrões, como receptoras deste discurso. Entendemos tal relação de maneira dinâmica e complexa, em uma mútua influência, ou seja, nem a revista determina os modos de ser adolescentes, nem os adolescentes determinam o conteúdo da revista, mas as duas coisas ao mesmo tempo. Trata-se de um movimento recursivo, isto é, revista e leitoras constroem-se

uma em relação à outra, já que a adolescente identifica-se com os padrões veiculados na revista, ao mesmo tempo em que esta se apropria de códigos culturais de seu público leitor para construir seu texto.

Aparece aqui o problema das apropriações da leitora do material midiático, que podem ser múltiplas, ainda que haja, por parte da revista – e da mídia, de uma maneira geral, quando se trata da imposição de padrões acerca do corpo feminino – uma tentativa de impor padrões e modelos em relação ao corpo. Partimos do pressuposto que, no que concerne às práticas de leitura, as apropriações são imprevisíveis. Neste contexto, a leitura é vista como uma prática cultural e, portanto, historicamente variável, onde importa não somente o texto em si – e todas as suas particularidades que também determinam a leitura, como o suporte material, ou os protocolos de leitura nele inscritos – mas também a forma como o receptor se apropria dele.¹⁷

Por isso, pesquisar o discurso sobre corpo adolescente na *Revista Capricho* demanda tanto à análise crítica da revista, quanto uma compreensão de seu público – a adolescente, uma vez que, tão ou mais importante quanto o discurso proferido, são os fatores “de” e “para” quem são produzidos estes discursos.

Segundo Michel Foucault, o discurso, qualquer material que enuncia algo, falado ou pronunciado e envolve, sobretudo, lutas pelo poder. Segundo o autor, toda sociedade controla, seleciona, organiza e distribui a produção de discursos, por certo número de procedimentos¹⁸. Assim, o discurso da revista *Capricho* sobre o corpo obedeceria, também, a certos procedimentos inerentes à “ordem discursiva”, responsáveis pela interdição, rejeição, ordenação do discurso. Para Foucault:

“E se quisermos, não digo apagar esse temor, mas analisa-lo em suas condições, seu jogo e seus efeitos, é preciso, creio, optar por três decisões às quais nosso pensamento resiste um pouco, hoje em dia, e que correspondem aos três grupos de funções que acabo de evocar: questionar nossa vontade de verdade; restituir ao discurso seu caráter de acontecimento; suspender, enfim, a soberania do significante.”¹⁹

Deste modo, entendemos que, através de seus discursos, a *Capricho* intenciona impor, ou melhor, orientar uma disciplina do corpo, ligada à construção do gênero e à vivência da sexualidade, às suas leitoras. Sabemos que muitas das relações sociais são forjadas através do consumo, além de ser a mídia, sobretudo a publicidade, um dos espaços socioculturais mais relevantes na produção de identidades, de sujeitos. A mídia, considera Rosa Maria Bueno Fischer, reproduz discursos e produz identidades. A autora retoma o problema da relevância da mídia nos processos de produção das identidades sociais – homens, mulheres, crianças, adolescentes – um processo que, segundo ela, “quando submetido a uma análise mais rigorosa, acaba expondo não exatamente um mundo apaziguado, mas a manifestação de uma verdadeira batalha pela imposição de determinados sentidos”²⁰.

Considerações Finais

Vários historiadores têm questionado, há muito, a história como verdade, como narrativa única e universal. Como considera Albuquerque Junior:

“A realidade é uma construção política e isto fica muito claro ao lermos como os historiadores descrevem a realidade de nosso tempo. Existem lutas em torno da definição de realidade, e é disso que se trata quando fazemos análise historiográfica ou quando escrevemos história, mesmo que seja a realidade do passado, que contribuimos sempre, na verdade, a par com a realidade que vemos ou queremos para o presente.”²¹

Portanto, tudo o que for argumentado sobre o objeto, descrito sobre a fonte, é questionável, já que é uma definição da realidade, dentre tantas outras. Diante destes questionamentos, toda pesquisa assume um ponto de vista parcial, subjetivo. Deste modo, sabemos que nossa escrita terá este caráter, sempre ponderando a própria compreensão que temos do mundo e da história. Por isso, torna-se inerente à pesquisa histórica o fato de que ela mais suscita perguntas do que fornece

respostas. As conclusões, tímidas porque provisórias, são algumas dentre tantas possíveis diante dos argumentos apresentados, tornam-se, também, históricas.

¹ CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In. **A escrita da História**. Trad. Maria de L. Meneses. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Forense, Universitária, 2000.

² SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**. V 20. nº 2. Jul/dez 1995. p. 71 – 99.

³ TILLY, Louise A. Gênero, história das mulheres e História social. **Cadernos Pagu** (3) Unicamp. 1994: pp. 29-62.

⁴ CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In. **A escrita da História**. Trad. Maria de L. Meneses. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Forense, Universitária, 2000. p. 76.

⁵ Ibid., p. 66. Grifos do autor.

⁶ Ibid., p. 67

⁷ Ibid., p. 74

⁸ TILLY, Louise A. Gênero, história das mulheres e História social. **Cadernos Pagu** (3) Unicamp. 1994. p. 31

⁹ Ibid., p. 30.

¹⁰ TILLY, op. cit., p. 31.

¹¹ RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, gênero e história. In: PEDRO, Joana; GROSSI, Miriam (Orgs.) - **Masculino, feminino, plural**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1998. p. 6.

¹² MIRA, Maria Celeste. **O leitor e a banca de revistas**. A segmentação da cultura no século XX. São Paulo, Olho D'Água/Fapesp. 2003. p. 59.

¹³ SALIBA, Elias Thomé. Pequena história do documento: Aventuras modernas e desventuras pós-modernas. In: PINSKY, Carla Bassanezi; & LUCA, Tânia Regina. **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009. p.310.

¹⁴ O historiador critica o fato de, por vezes, os historiadores positivistas serem “demonizados” pelos pensadores da Escola de Annales e, ainda, sublinha que houve, não raro, “momentos de dúvidas e de fortes oscilações” em que os positivistas “parecem nutrir uma consciência difusa, primeiro, de que a História não se reduz apenas à História Política e, segundo, que o relato histórico também resulta de uma construção do historiador.” Ibid., p. 313.

¹⁵ SALIBA, Elias Thomé. Pequena história do documento: Aventuras modernas e desventuras pós-modernas. In: PINSKY, Carla Bassanezi; & LUCA, Tânia Regina. **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009. p.316.

¹⁶ Ibid., p. 317.

¹⁷ CHARTIER, Roger; BOURDIEU, Pierre. A leitura: uma prática cultural. In: **Práticas de Leitura**. CHARTIER, ROGER. (Org.). São Paulo: Estação Liberdade, 2001.

¹⁸ FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Aula inaugural no College the France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. p. 9.

¹⁹ Ibid., p. 51.

²⁰ FISCHER, R. M. B. Identidade, cultura e mídia: a complexidade de novas questões educacionais na contemporaneidade. In SILVA, Luiz Heron da. **Século XXI: Qual Conhecimento? Qual currículo?** Petrópolis: Editora Vozes, 1999. p. 25.

²¹ ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. O historiador naif ou a análise historiográfica como prática de excomunhão. In: GUIMARÃES, M. L. S. (Org.) **Estudos sobre a escrita da História**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006. p. 198.

Referências bibliográficas:

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. O historiador naif ou a análise historiográfica como prática de excomunhão. In: GUIMARÃES, M. L. S. (Org.) **Estudos sobre a escrita da História**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006.

CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In. **A escrita da História**. Trad. Maria de L. Meneses. 2º Edição. Rio de Janeiro: Forense, Universitária, 2000.

CHARTIER, Roger; BOURDIEU, Pierre. A leitura: uma prática cultural. In: **Práticas de Leitura**. CHARTIER, ROGER. (Org.). São Paulo: Estação Liberdade, 2001.

FISCHER, R. M. B. Identidade, cultura e mídia: a complexidade de novas questões educacionais na contemporaneidade. In SILVA, Luiz Heron da. **Século XXI: Qual Conhecimento? Qual currículo?** Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Aula inaugural no College the France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970.

MIRA, Maria Celeste. **O leitor e a banca de revistas**. A segmentação da cultura no século XX. São Paulo, Olho D'Água/Fapesp. 2003.

RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, gênero e história. In: PEDRO, Joana; GROSSI, Miriam (Orgs.) - **Masculino, feminino, plural**. Florianópolis: Ed.Mulheres,1998.

SALIBA, Elias Thomé. Pequena história do documento: Aventuras modernas e desventuras pós-modernas. In: PINSKY, Carla Bassanezi; & LUCA, Tânia Regina. **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**. V 20. nº 2. Jul/dez 1995. p. 71 – 99.

TILLY, Louise A. Gênero, história das mulheres e História social. **Cadernos Pagu** (3) Unicamp. 1994: pp. 29-62.